



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1001759-74.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Prestação de Serviços**
 Requerente: **Colégio Cecilia Meireles S/s**
 Requerido: **Silvana Godinho Coelho**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Alex Ricardo dos Santos Tavares**

A autora Colégio Cecilia Meireles S/S Ltda. propôs a presente ação contra a ré Silvana Godinho Coelho, pedindo a condenação desta no pagamento da importância de R\$ 10.629,20, acrescida de atualização monetária a partir da citação e juros de mora até a data do efetivo pagamento, em razão de inadimplência no pagamento das mensalidades escolares nos meses de fevereiro a setembro de 2011.

A ré foi citada às folhas 78, não oferecendo resposta (folhas 79), tornando-se revel.

Relatei. Decido.

Passo ao julgamento antecipado da lide, diante da revelia da ré, nos termos do artigo 355, II do Código de Processo Civil.

Procede a causa de pedir.

Trata-se de ação de cobrança de mensalidades escolares, por meio da qual a autora pretende a condenação da ré no pagamento da importância de R\$ 10.629,20, relativa às mensalidades inadimplidas nos meses de fevereiro a setembro de 2011.

No contrato celebrado entre as partes contém a assinatura da ré (**confira folhas 26/30**). A revelia, faz presumir verdadeiros os fatos afirmados pela autora, de que celebrou com a ré contrato de prestação de serviços educacionais e que esta se encontra inadimplente com as parcelas vencidas nos meses de fevereiro a setembro de 2011.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Não há como impor à autora a produção de prova negativa, tendo em vista que compete àquele que paga comprovar a regular quitação, a teor do que dispõe o artigo 319 do Código Civil.

Diante do exposto, acolho o pedido, resolvendo o mérito, nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil, para o fim de condenar a ré a pagar à autora a importância de R\$ 10.629,20, devidamente atualizada e acrescida de juros de mora desde a propositura da ação e multa de 2% como previsto na cláusula 11, parágrafo primeiro (confira folhas 28). Pela regra da causalidade, condeno a ré no pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, que fixo em 20% do valor da condenação, nos termos da cláusula décima primeira do contrato, parágrafo 7º, III.

Oportunamente, arquivem-se os autos.

P.I.

São Carlos, 16 de agosto de 2016.

Juiz Alex Ricardo dos Santos Tavares

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**